



## CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



# BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

### Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2017, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$8.730 milhões (2016 - R\$9.682 milhões). O Patrimônio Líquido atingiu R\$1.895 milhões (2016 - R\$1.752 milhões) e R\$11.487 milhões de Ativos (2016 - R\$12.336 milhões). O índice de Basileia em 30 de junho de 2017 foi de 17,93% (2016 - 15,38%).

### Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Detroit-EUA, o Banco GMAC S.A. possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos no que se refere a:

- Riscos de Crédito, busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito;
  - Riscos de Mercado, em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco;
  - Riscos Operacionais, em função da avaliação de novos produtos e operações, monitoramento contínuo de processos, definição de indicadores de riscos e mensuração quantitativa de perdas operacionais; e
  - Riscos de Liquidez, visa o acompanhamento e controle diário dos recursos disponíveis, seu descasamento de fluxos de ativos e passivos, e a capacidade da instituição de honrar suas obrigações.
- A estrutura de gerenciamento dos riscos encontra-se disponível em nosso portal [www.chevroletf.com.br](http://www.chevroletf.com.br), e é distribuído ao público de relacionamento do Banco.

### Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional.

São Paulo, 23 de agosto de 2017  
**A Administração**

## Balanços Patrimoniais

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016  
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
<b>ATIVO</b>		<b>6.497.922</b>	<b>6.596.342</b>
<b>Circulante</b>		<b>10.021</b>	<b>15.182</b>
<b>Disponibilidades</b>			
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>425.099</b>	<b>387.092</b>
Aplicações no mercado aberto		425.099	387.092
<b>Operações de crédito</b>		<b>5.388.932</b>	<b>5.666.531</b>
Operações de crédito - setor privado		3.812.221	3.643.813
Operações de crédito - vinculadas a cessão		1.721.250	2.177.561
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(144.539)	(154.843)
		<b>(98)</b>	<b>(72)</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>4.651</b>	<b>93</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		4.651	93
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(4.651)	(79)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(98)	(86)
<b>Outros créditos</b>		<b>625.955</b>	<b>457.243</b>
Diversos	8	519.165	457.243
Títulos e créditos a receber	7a	107.856	-
(-) Provisão para operações de cessão de recebíveis de liquidação duvidosa	7h	(1.066)	-
<b>Outros valores e bens</b>		<b>48.013</b>	<b>70.366</b>
Bens não de uso próprio	9a	5.289	10.938
Despesas antecipadas	9b	42.724	59.428
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>4.465.245</b>	<b>5.299.978</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b>		<b>134.439</b>	<b>196.792</b>
Carteira própria	5b	134.439	196.792
<b>Operações de crédito</b>		<b>2.995.018</b>	<b>3.758.132</b>
Operações de crédito - setor privado		2.240.323	2.605.540
Operações de crédito - vinculadas a cessão		840.359	1.255.286
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85.664)	(102.694)
		<b>(117)</b>	<b>(10)</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>5.548</b>	<b>13</b>
Operações de arrendamento a receber - setor privado		5.548	13
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos a receber		(5.548)	(11)
(-) Provisão para operações de arrendamento de liquidação duvidosa		(117)	(12)
<b>Outros créditos</b>		<b>1.319.499</b>	<b>1.289.681</b>
Diversos	8	1.319.499	1.289.681
<b>Outros valores e bens</b>		<b>16.406</b>	<b>55.383</b>
Despesas antecipadas	9b	16.406	55.383
<b>Permanente</b>		<b>523.386</b>	<b>440.164</b>
<b>Investimentos</b>		<b>503.179</b>	<b>427.191</b>
Participações em controladas no país	10	503.179	427.191
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>11.694</b>	<b>9.750</b>
Outras imobilizações de uso		18.648	15.749
(-) Depreciações acumuladas		(6.954)	(5.999)
<b>Imobilizado de arrendamento</b>		<b>8.513</b>	<b>3.223</b>
Bens arrendados	11	9.389	3.119
Superveniência de depreciação		218	2.803
(-) Depreciações acumuladas		(1.094)	(2.699)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>11.486.553</b>	<b>12.336.484</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota	2017	2016
<b>PASSIVO</b>		<b>5.737.272</b>	<b>6.328.099</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.719.620</b>	<b>2.352.195</b>
<b>Depósitos</b>		<b>935.159</b>	<b>1.461.726</b>
Depósitos interfinanceiros	12	1.489.289	1.737.133
Depósitos a prazo		1.230.331	615.062
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>		<b>935.159</b>	<b>1.461.726</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	935.159	1.461.726
<b>Outras obrigações</b>		<b>2.082.493</b>	<b>2.514.178</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		8.750	5.703
Fiscais e previdenciárias	15	203.733	224.798
Diversas	14	1.870.010	2.283.677
		<b>3.608.277</b>	<b>3.881.140</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>1.024.237</b>	<b>879.896</b>
<b>Depósitos</b>		<b>476.655</b>	<b>354.271</b>
Depósitos interfinanceiros	12	476.655	354.271
Depósitos a prazo		547.582	525.625
<b>Obrigações por emissão de Letras Financeiras</b>		<b>775.041</b>	<b>873.262</b>
Obrigações por emissão de Letras Financeiras	12	775.041	873.262
<b>Outras obrigações</b>		<b>1.808.999</b>	<b>2.127.982</b>
Fiscais e previdenciárias	15	824.978	727.700
Diversas	14	984.021	1.400.282
<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<b>245.226</b>	<b>375.264</b>
Resultado de exercícios futuros	17	245.226	375.264
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.895.778</b>	<b>1.751.981</b>
<b>Capital</b>		<b>1.688.282</b>	<b>1.454.438</b>
De domiciliados no país	18	1.688.282	1.454.438
<b>Reserva de lucros</b>		<b>207.496</b>	<b>297.543</b>
	18	207.496	297.543

**11.486.553** **12.336.484**

## Demonstrações do Resultado

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>952.296</b>	<b>1.131.323</b>
Operações de crédito	19	910.548	1.046.955
Operações de arrendamento mercantil		2.495	36.113
Resultado com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	5	39.253	48.255
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(609.646)</b>	<b>(824.614)</b>
Operações de captações no mercado	12a	(311.336)	(439.723)
Operações de arrendamento mercantil		(1.503)	(35.526)
Operações de vendas ou transferência de ativos financeiros	7j	(201.358)	(242.470)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7g	(95.449)	(106.895)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>342.650</b>	<b>306.709</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(137.152)</b>	<b>(164.931)</b>
Receitas de prestação de serviços		31.626	27.760
Rendas de tarifas bancárias	24	41.103	38.770
Despesas de pessoal	20	(48.885)	(50.758)
Outras despesas administrativas	21	(167.791)	(167.570)
Despesas tributárias	25	(28.168)	(24.131)
Resultado de equivalência patrimonial	10	40.599	26.637
Outras receitas operacionais	22	47.321	57.399
Outras despesas operacionais	23	(52.957)	(73.038)
<b>Resultado operacional</b>		<b>205.498</b>	<b>141.778</b>
<b>Resultado não operacional</b>		<b>1.992</b>	<b>722</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>207.490</b>	<b>142.500</b>
<b>Imposto de renda e contribuições social</b>		<b>(76.046)</b>	<b>(46.890)</b>
Provisão para imposto de renda corrente	13b	(13.941)	(23.319)
Provisão para contribuição social corrente	13b	(16.340)	(16.969)
Ativo fiscal diferido	13b	(45.765)	(6.602)
Participações estatutárias no lucro		(13.037)	(7.662)
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>118.407</b>	<b>87.948</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		<b>103,74</b>	<b>77,05</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					
	Capital social	Aumento de capital	Legal	Outras	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	1.454.438	-	78.322	131.273	-	1.664.033
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	87.948	87.948
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	87.948	(87.948)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016 (nota 18c)	-	131.273	-	(131.273)	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	1.454.438	131.273	78.322	87.948	-	1.751.981
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	1.585.711	-	89.089	102.571	-	1.777.371
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	118.407	118.407
Destinação do lucro:						
Reservas de lucro	-	-	-	118.407	(118.407)	-
Aumento de capital homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017 (nota 18c)	102.571	-	-	(102.571)	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	1.688.282	-	89.089	118.407	-	1.895.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



# BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>		<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
<b>Lucro líquido ajustado</b>		<b>48.929</b>	<b>40.489</b>				
Lucro líquido do semestre		118.407	87.948				
Depreciações e amortizações imobilizado em uso		1.454	1.315				
Depreciações e amortizações imobilizado arrendamento		823	557				
Insuficiência (superveniência) de depreciação	3f	680	34.968				
Outras despesas de arrendamento		-	1				
Resultado na alienação de imobilizado de uso		(48)	(77)				
Resultado de equivalência patrimonial	10	(40.599)	(26.637)				
Resultado na alienação de bens não de uso - BNDU		(2.159)	(775)				
Provisão para operações de crédito e de arrendamento de liquidação duvidosa	7g	95.449	106.895				
Atualizações de depósitos judiciais em garantia e impostos a compensar	22	(29.826)	(41.980)				
Provisão para riscos e obrigações legais	16b	29.210	42.288				
Resultados de exercícios futuros	17	(200.508)	(210.904)				
Ativo fiscal diferido	13b	45.765	6.602				
Provisão para imposto de renda e contribuição social	13b	30.281	40.288				
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		<b>(221.775)</b>	<b>5.583</b>				
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários		80.880	(33.140)				
(Aumento) redução em operações de crédito, arrendamento mercantil		395.559	(12.229)				
(Aumento) redução em outros créditos		(179.617)	1.794.205				
				(Aumento) redução de despesas antecipadas		29.530	36.771
				(Aumento) redução em bens não de uso		2.252	41.222
				Aumento (redução) em depósitos		554.385	(6.163)
				Aumento (redução) em obrigações por emissão de letras financeiras		(371.939)	(1.349.211)
				Aumento (redução) em outras obrigações		(864.604)	151.060
				Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros		158.188	(748.471)
				Alienação de imobilizado de arrendamento		(1.594)	145.005
				Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.815)	(13.466)
				<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais</b>		<b>(172.846)</b>	<b>46.072</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
				(Aumento) Redução de Capital em Investimentos	10	-	(300.000)
				Alienação de imobilizado de uso		534	1.772
				Aquisição de Imobilizado de uso		(2.379)	(1.715)
				<b>Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>(1.845)</b>	<b>(300.943)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
				Juros sobre o capital próprio pagos		-	(7.310)
				<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(7.310)</b>
				<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(174.691)</b>	<b>(262.181)</b>
				Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		609.811	664.455
				Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		435.120	402.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GMAC S.A. ("Banco") é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. Suas atividades operacionais consistem, principalmente, no financiamento de veículos ao consumidor, no financiamento de peças e veículos e no empréstimo de capital de giro para as concessionárias da rede Chevrolet. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GMAC, as quais atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em observância às normas estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional, consubstanciado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em 23 de agosto de 2017.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata temporis" para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano.
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

b) Ativo circulante e realizável em longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com opção feita pela arrendatária, com cláusula de taxa de juros prefixada, tendo a arrendatária a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao término do contrato. Os valores residuais garantidos das operações de arrendamento mercantil, que representam as opções de compra a vencer, bem como os respectivos ajustes monetários, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica "Valores residuais a balancear", ambos no subgrupo de arrendamentos a receber.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são fundamentadas na análise das operações em aberto, efetuada pela Administração, para concluir quanto ao valor adequado, e levam em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a partir de 1º de janeiro de 2012, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garante por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração tem intenção de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificadas na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.
- O Banco, visando atender ao regime de competência, constituiu no semestre findo em 30 de junho de 2017, insuficiência de depreciação no montante de R\$680 (R\$34.968 em 2016), classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava superveniência de depreciação para o semestre de 2017 de R\$218 (R\$2.803 em 2016), classificada no imobilizado de arrendamento (nota 11), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme Circular BACEN nº 1.429/89.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC - 01, aprovado pela Resolução CMN nº 3.566/08, é reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment no semestre findo em 30 de junho de 2017.

h) Passivo circulante e exigível em longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2017, baseadas nos critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC-25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano (R\$120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% (após o aumento de 5% mencionado abaixo) sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

Frisamos que a Lei 13.169/2015 (conversão da MP 675/15) impôs aumento de 5% na alíquota da contribuição social sobre o lucro para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018. Dessa forma, com base em nosso estudo técnico de realização dos créditos tributários, efetuamos o incremento de 5% sobre o crédito tributário calculado sobre as bases temporárias projetadas como dedução na base de cálculo da contribuição social até dezembro de 2018.

Vale ressaltar que a expectativa de realização do crédito tributário é revisada semestralmente e, se necessário, pode-se efetuar ajustes para adequação do estoque do crédito tributário conforme mudanças na expectativa de realização dos mesmos.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 3.750/09, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) em ativos e passivos financeiros, quando aplicável é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das cotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

m) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	10.021	15.182
Aplicações em operações Compromissadas - LFT (nota 5a)	425.099	387.092
Total	<u>435.120</u>	<u>402.274</u>

### 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 30 de junho de 2017, apresentavam montantes de R\$425.099 (R\$387.092 em 2016), com vencimento em até três meses, e que estavam representadas por operações compromissadas pré-fixadas, lastreadas substancialmente em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) em 2017. No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$25.133 (R\$36.025 em 2016).

Aplicação Interfinanceira de Liquidez

Aplicações de Mercado Aberto - LFT (nota 4)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total	425.099	387.092
	<u>425.099</u>	<u>387.092</u>

continua



## CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



# BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

b) Os Títulos e Valores Mobiliários estavam representados por investimentos em cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") - Banco GMAC Financiamento a Concessionários, cujo saldo, em 30 de junho de 2017, era de R\$134.439 (R\$196.792 em 2016). No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$14.120 (R\$12.230 em 2016).

	2017	2016
Títulos e Valores Mobiliários		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (i)	134.439	196.792
Total	134.439	196.792

(i) Representado por aplicação em cotas do FIDC classificadas como mantidas até o vencimento, equivalente ao prazo de duração do Fundo previsto no seu regulamento.

O Fundo, administrado pela Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Crédito Agrícola Brasil S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários iniciou suas operações em 26 de outubro de 2009, com prazo determinado de duração de 50 anos contados a partir da primeira integralização de Cotas Seniores da 1ª série do Fundo. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado destinado a investidores qualificados nos termos da regulamentação em vigor, tendo por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios do segmento financeiro, celebrados entre o Banco e seus clientes, sendo esses direitos creditórios oriundos de financiamento de veículos. O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade no médio e longo prazo, equivalente à taxa DI mais 5,75% a.a. para cotas mezanino e à taxa DI mais 3% a.a. para cotas seniores. Não existem atualmente cotas mezanino. As cotas subordinadas não possuem rentabilidade alvo, estando sua valorização condicionada à rentabilidade líquida do Fundo, já que desconta-se a remuneração das outras classes de quotas.

### Participação no patrimônio líquido do FIDC:

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, o FIDC deve manter relação mínima entre o valor das cotas seniores e o de seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas mensalmente. O Banco é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do FIDC, sendo as cotas seniores pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas entre o valor das cotas seniores e subordinadas em relação ao patrimônio líquido do FIDC, quais sejam:

	% em relação ao patrimônio líquido (a)
Cotas seniores	Máximo de 70%
Cotas subordinadas	Mínimo de 30%

a) Conforme o Regulamento do Fundo o somatório das cotas mezanino, se houver, e das subordinadas deverá ser equivalente a no mínimo 30% do patrimônio líquido do Fundo.

### Natureza do envolvimento do Banco com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento:

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Banco, sem prejuízo do direito do cessionário, FIDC, diretamente ou por intermédio de terceiros.

### Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC:

O Banco não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus cotistas.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

## 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por tipo de operação:

	2017	2016
Operações de Crédito		
Financiamentos	6.052.544	6.249.353
Financiamentos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	2.561.609	3.432.847
Operações de arrendamento mercantil (nota 7b)	8.384	296
Outros Créditos:		
Títulos e créditos a receber (i)	107.856	-
Total	8.730.393	9.682.496

(i) Refere-se integralmente a recebíveis comerciais de venda a prazo de veículos, adquiridos sem coobrigação.

b) Composição do valor presente dos contratos de arrendamento mercantil:

	2017	2016
Operações de Arrendamento		
Arrendamentos a receber	10.199	106
Rendas a apropriar	(10.199)	(90)
Valores residuais a apropriar	113	216
Valores residuais a balancear	(113)	(216)
Imobilizado de arrendamento (nota 11)	8.513	3.223
Valor residual antecipado (nota 14)	(129)	(2.943)
Valor presente dos contratos (nota 7a)	8.384	296

c) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil, por atividade econômica:

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Setor privado				
Pessoa física	6.600.846	75,6%	8.225.943	85,0%
Outros serviços	412.161	4,7%	1.123.866	11,6%
Comércio	1.711.775	19,6%	320.965	3,3%
Indústria	5.611	0,1%	11.722	0,1%
Total	8.730.393	100,0%	9.682.496	100,0%

d) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, por prazo de vencimento:

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Parcelas vencidas:				
Até 60 dias	78.750	0,9%	96.414	1,0%
De 61 a 180 dias	34.100	0,4%	36.527	0,4%
De 181 a 360 dias	16.246	0,2%	16.881	0,2%
	129.096	1,5%	149.822	1,6%
Parcelas a vencer:				
Até 180 dias	3.755.088	43,0%	3.657.537	37,7%
De 181 a 360 dias	1.760.966	20,2%	2.014.274	20,8%
Acima de 360 dias	3.085.243	35,3%	3.860.863	39,9%
	8.601.297	98,5%	9.532.674	98,4%
Total	8.730.393	100,0%	9.682.496	100,0%

e) Concentração do risco de crédito:

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
10 maiores devedores	681.254	7,8%	229.416	2,4%
50 devedores seguintes	446.700	5,1%	442.586	4,6%
100 devedores seguintes	527.207	6,0%	379.477	3,9%
Demais devedores	7.075.232	81,1%	8.631.017	89,1%
Total	8.730.393	100,0%	9.682.496	100,0%

f) Composição da carteira por indexadores:

	2017		2016	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Pré-fixado	7.181.866	82,3%	8.580.348	88,6%
Pós-fixado	1.548.527	17,7%	1.102.148	11,4%
Total	8.730.393	100,0%	9.682.496	100,0%

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e arrendamento mercantil:

	Contratos em carteira	Contratos em carteira cedidos	Total
Saldo no início do semestre	235.305	21.877	257.182
Constituição/(Reversão) de provisões	100.875	(5.426)	95.449
Baixas	(121.147)	-	(121.147)
Saldo no fim do semestre	215.033	16.451	231.484

h) Composição da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, cessão de recebíveis, e correspondente provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa referente aos contratos não cedidos e contratos cedidos:

Nível de risco	Taxa de provisão %	2017		2016	
		Total de operações	Provisão constituída	Total de operações	Provisão constituída
AA	-	41.157	-	38.990	-
A	0,5%	6.725.846	33.630	7.945.468	39.727
B	1,0%	839.503	8.395	583.957	5.840
C	3,0%	821.351	24.641	776.852	23.306
D	10,0%	104.508	10.451	99.534	9.953
E	30,0%	34.211	10.263	43.131	12.939
F	50,0%	26.353	13.177	42.468	21.234
G	70,0%	21.789	15.252	24.865	17.405
H	100,0%	115.675	115.675	127.231	127.231
Total		8.730.393	231.484	9.682.496	257.635

i) Durante o semestre foram registradas receitas com créditos recuperados no valor de R\$35.121 (R\$26.294 em 2016), contabilizado na linha Receitas de Intermediação Financeira das Demonstrações do Resultado. Em 30 de junho de 2017, existiam contratos renegociados no montante de R\$12.056 (R\$19.792 em 2016).

j) Cessão de crédito:

A partir de 1º de janeiro de 2012, o Banco, em atendimento aos requerimentos para classificação e registro contábil das operações de venda ou transferência de ativos financeiros, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.533/08, passou a classificar as cessões de crédito observando os critérios descritos na nota 3b.

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco cedeu ao FIDC, com retenção substancial de riscos e benefícios, o montante de R\$1.263.305 (R\$1.276.912 em 2016), em operações de financiamento de veículos, tendo apropriado despesas no montante de R\$29.667 (R\$32.595 em 2016).

O valor presente dos contratos cedidos pela taxa original, em 30 de junho de 2017, com retenção substancial de riscos e benefícios, registrados na rubrica de "Operações de crédito", totalizam R\$371.280 (R\$417.010 em 2016), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$366.688 (R\$409.490 em 2016). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa para estas cessões no montante de R\$3.420 (R\$4.938 em 2016) registrado na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2017, o Banco cedeu operações de crédito de financiamento de veículos, com retenção substancial de riscos e benefícios, a outras instituições financeiras, no montante de R\$458.839 (R\$771.036 em 2016), tendo apropriado despesas no montante de R\$171.691 (R\$209.875 em 2016). Os contratos objeto de cessão referem-se a financiamentos de veículos, cujos vencimentos ocorrerão até 2021.

Do valor presente das operações de crédito de financiamento de veículos cedidas a outras instituições financeiras, a partir de 1º de janeiro de 2012, com retenção substancial de riscos e benefícios, e registrados na rubrica de "Operações de crédito", em 30 de junho de 2017, consta o montante de R\$2.190.329 (R\$3.015.837 em 2016), com a respectiva obrigação assumida pela cessão destas operações reconhecida na rubrica de "Outras obrigações - Diversas - Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros" (nota 14) no montante de R\$2.326.095 (R\$3.126.632 em 2016). Há provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre essas cessões, no montante de R\$13.031 (R\$17.531 em 2016) registrada na rubrica "provisão para créditos de liquidação duvidosa".

k) Composição da PCLD - Carteira Cedida:

Nível de risco	Taxa de provisão %	Contratos cedidos	
		Total de operações	Provisão constituída
AA	-	13.884	-
A	0,5%	2.283.221	11.416
B	1,0%	168.727	1.687
C	3,0%	91.468	2.744
D	10,0%	4.067	407
E	30,0%	35	11
F	50,0%	33	17
G	70,0%	17	12
H	100,0%	157	157
Total		2.561.609	16.451

## 8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota 13c)	714.708	729.041
Depósitos judiciais (nota 16b) (i)	941.955	895.924
Devedores diversos - país (ii)	67.581	35.238
Impostos a recuperar (iii)	38.371	39.929
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 26e) (iv)	72.505	42.622
Outros	3.544	4.170
Total	1.838.664	1.746.924
Ativo circulante	519.165	457.243
Realizável em longo prazo	1.319.499	1.289.681

(i) Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, os quais estão provisionados nas rubricas "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (nota 15) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 16). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 22 e 23, respectivamente).

(ii) Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros créditos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta-corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$60.648 (R\$32.741 em 2016). Refere-se também a valores de IPVA devidos pelos arrendatários, cobrados do Banco pelos Estados onde estes veículos estão registrados no montante de R\$1.009 (R\$1.029 em 2016) líquido de provisão para perda, que o Banco cobrará posteriormente dos respectivos arrendatários.

(iii) Refere-se substancialmente à antecipação de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$38.235 (R\$39.929 em 2016).

(iv) Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil no valor de R\$33.627 (R\$28.309 em 2016). Adicionalmente, estão registrados a valores a receber de ligadas despesas com pessoal no valor de R\$36.376 (R\$14.296 em 2016).

## 9. OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens. No semestre findo em 30 de junho de 2017, o saldo de Bens não de Uso totalizava R\$5.289 (R\$10.938 em 2016).

b) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas classificadas em "Outros valores e bens" referem-se às comissões de originação de operações de crédito pagas aos correspondentes no País. Destaca-se que as comissões originadas, a partir de 2015, estão em conformidade com a Resolução BACEN 4.294/14, que estabeleceu que as comissões pagas aos correspondentes em decorrência da originação de novas operações de crédito devem ser reconhecidas integralmente quando da originação da operação, bem como ficam limitadas aos percentuais máximos de 6% do valor da nova operação originada e 3% do valor da operação objeto de portabilidade, e em conformidade com a Circular BACEN nº 3.738/14, que estabelece os procedimentos para contabilização da remuneração de correspondentes no País, facultando a aplicação escalonada da apropriação contábil, opção adotada pelo Banco. A apropriação das comissões é realizada mensalmente no resultado, em conformidade com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2017, o saldo de despesas antecipadas montava R\$59.130 (R\$114.811 em 2016), e foram apropriadas ao resultado do semestre findo em 30 de junho de 2017 despesas no montante de R\$82.852 (R\$79.743 em 2016), na rubrica "Outras Despesas Administrativas" (nota 21).

continua



# CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



## BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

#### 10. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	2017		2016	
	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.	GMAC Administradora de Consórcios Ltda.	GMACI Corretora de Seguros Ltda.
Dados da controlada:				
Patrimônio líquido no final do semestre antes da apuração do resultado	402.491	60.096	62.964	37.594
Lucro (prejuízo) do semestre	28.244	12.355	15.269	11.369
Participação no capital	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Movimentação de Investimentos:				
No início do semestre	402.490	60.090	62.964	37.590
Aumento de capital	-	-	300.000	-
Resultado de equivalência patrimonial	28.244	12.355	15.269	11.368
No final do semestre	430.734	72.445	378.233	48.958

#### 11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Taxa de depreciação (i)		2017	2016
	2017	2016		
Veículos	20,00% a.a.	9.389	3.084	-
Perdas em arrendamento a amortizar		-	35	-
Total de bens arrendados		9.389	3.119	-
Superveniência de depreciação (nota 3f)		218	2.803	-
Depreciação acumulada		(1.094)	(2.699)	-
Imobilizado de arrendamento (nota 7b)		8.513	3.223	-

(i) Taxas de depreciação conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 140/84

#### 12. CAPTAÇÕES

	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	1.965.944	2.091.404
Depósitos a prazo	1.777.913	1.140.687
Letras financeiras	1.710.200	2.334.988
Total	5.454.057	5.567.079
Passivo circulante	3.654.779	3.813.921
Exigível em longo prazo	1.799.278	1.753.158

As captações são representadas por Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Letras Financeiras com vencimentos até maio de 2020, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados entre 9,12% e 16,96% ao ano no montante de R\$1.480.667 (R\$1.358.391 em 2016) e captações pós-fixadas atreladas a percentual da variação do CDI ou da SELIC no montante de R\$3.973.390 (R\$4.208.688 em 2016).

a) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	2017	2016
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	118.734	185.332
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	69.922	85.807
Letras financeiras	121.745	167.330
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	935	1.254
Total	311.336	439.723

#### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes da tributação	207.490	207.490	142.500	142.500
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de acordo com as alíquotas	(51.873)	(41.498)	(35.625)	(28.500)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	3.259	2.607	1.916	1.532
Resultado de equivalência patrimonial	10.150	8.119	6.661	5.329
Outras adições/exclusões permanentes	20	24	735	591
Total IR e CS sobre despesas permanentes	13.429	10.750	9.312	7.452
Incentivos fiscais (i)	467	-	459	-
Ajuste de imposto corrente semestre anterior (ii)	5.027	5.395	-	-
Ajuste de imposto diferido semestre anterior (iii)	(5.502)	(5.674)	-	-
Ajuste da majoração de 5% da CSLL (nota 3j)	-	(6.579)	-	-
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no semestre	(38.440)	(37.606)	(25.842)	(21.048)
	(76.046)	(74.212)	(46.890)	(46.890)

(i) Do total dos incentivos fiscais, R\$ 467 (R\$ 439 em 2016) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, conforme disciplinado no RIR/99 em seus artigos 581 a 589 e R\$ 0 (R\$ 20 em 2016) refere-se ao incentivo do Vale Cultura (Lei 12.761/2012, artigo 10º). (ii) O ajuste refere-se ao efeito do recálculo da base de IRPJ e CSLL de 2016 na apuração do imposto corrente. Deve-se substancialmente aos efeitos descritos no item (iii). (iii) O ajuste refere-se ao efeito da análise sobre a base de IRPJ e CSLL de 2016 no estoque de crédito tributário de diferenças temporárias de PCLD, Outras Provisões, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, sobre o qual o Banco realizou diferenças temporárias que já eram dedutíveis em exercícios anteriores, mas que foram realizadas no primeiro semestre de 2017. O montante deduzido ajustado no ano anterior foi de R\$5.105, R\$ 25.740, R\$ 8.834 e R\$ 2.473, respectivamente. O ajuste efetuado em 2016 visa retificar os respectivos impactos na base de apuração do imposto corrente, bem como no imposto diferido referente às diferenças temporárias.

b) Composição do "Resultado de imposto de renda e contribuição social":

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS devidos	(13.941)	(16.340)	(23.319)	(16.969)
Constituição/(Realização) de impostos diferidos:	(24.499)	(21.266)	(2.523)	(4.079)
Prejuízo fiscal/Base negativa	(6.126)	-	(10.196)	(5.938)
Provisão para operação de crédito	(7.180)	(11.985)	4.175	3.340
Provisões para riscos fiscais	6.426	1.851	5.838	4.670
Outras adições temporárias	(10.587)	(8.475)	1.675	1.339
Correção de depósitos judiciais	(7.016)	(2.657)	(9.363)	(7.490)
Superveniência de depreciação	(16)	-	5.348	-
Total	(38.440)	(37.606)	(25.842)	(21.048)
	(76.046)	(74.212)	(46.890)	(46.890)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

	2017		2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízos fiscais	169.513	-	176.984	-
Diferenças temporárias:	326.384	218.811	324.898	232.159
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	117.950	84.853	121.453	93.898
Provisão para riscos fiscais	186.554	117.585	172.937	109.979
Outras adições temporárias (i)	21.880	16.373	30.508	23.282
Total de créditos tributários IRPJ e CSLL	495.897	218.811	501.883	227.159
Total de créditos tributários	714.708	-	729.041	-
Ativo circulante	-	149.245	-	146.985
Realizável em longo prazo	-	565.463	-	582.056

(i) Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas e pagamentos para fornecedores.

d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Total	Total	Total
2017	52.708	-	42.223	94.931	86.910	
2018	60.287	-	48.342	108.629	91.405	
2019	192.505	117.409	115.711	425.625	329.249	
2020	15.141	10.038	9.084	34.263	23.999	
2021	1.044	14.676	626	16.346	10.261	
2022	670	15.219	402	16.291	9.146	
2023	1.045	12.171	628	13.844	6.963	
2024	2.483	-	1.495	3.978	1.795	
2025	178	-	107	285	115	
2026	323	-	193	516	188	
Total	326.384	169.513	218.811	714.708	560.031	

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$560.031 (R\$571.555 em 2016), calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de impairment tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

	Constituições		
	31/12/2016	(Realizações)	Líquidas 30/06/2017
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos fiscais	295.862	8.277	304.139
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos baixados	221.968	(19.165)	202.803
Outras adições temporárias	57.315	(19.062)	38.253
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	575.145	(29.950)	545.195
Créditos de Prejuízo Fiscal	175.639	(6.126)	169.513
Total de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	750.784	(36.076)	714.708
Total de créditos tributários	750.784	(36.076)	714.708
Obrigações fiscais diferidas			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 15)	(4)	(16)	(20)
Provisão para impostos diferidos sobre atualizações de depósitos judiciais (nota 15)	(163.669)	(9.673)	(173.342)
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	(163.673)	(9.689)	(173.362)
Líquido	587.111	(45.765)	541.347

#### 14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Provisão para riscos cíveis (nota 16)	38.226	45.301
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16)	30.877	36.872
Credores por antecipação de valor residual (nota 7b)	129	2.943
Credores diversos - país (i)	33.315	12.574
Valores a pagar de despesas com pessoal	26.864	20.085
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 26e)	13.968	16.910
Valores a pagar a fornecedores diversos	17.856	13.152
Títulos e créditos à receber (nota 7j) (ii)	2.692.783	3.536.122
Outros	13	-
Total	2.854.031	3.683.959
Passivo circulante	1.870.010	2.283.677
Exigível a longo prazo	984.021	1.400.282

(i) Refere-se substancialmente a valores de cessão de crédito da modalidade denominada "Floor Plan" no valor de R\$22.169 (R\$10.616 em 2016), os quais são pagos ao FIDC no primeiro dia útil subsequente a efetivação das operações.

(ii) Refere-se ao passivo das cessões de crédito de operações de varejo no montante de R\$2.326.095 (R\$3.126.632 em 2016) e FIDC no montante R\$366.688 (R\$409.490 em 2016), conforme nota 7j.

#### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Outros impostos indiretos a pagar (i)	10.206	9.093
Provisão para imposto sobre o lucro - Corrente - IRPJ e CSLL	40.703	40.288
Provisão para imposto de renda diferido sobre superveniência (nota 13e)	20	3.072
Provisão para impostos diferidos sobre atualização de depósitos judiciais (nota 13e)	173.342	150.074
Provisões para riscos e obrigações legais (nota 16a)	804.440	749.971
Total de outras obrigações fiscais e previdenciárias	1.028.711	952.498
Passivo circulante	203.733	224.798
Exigível a longo prazo	824.978	727.700

(i) Referem-se substancialmente à provisão a recolher de IPVA R\$2.656 (R\$2.276 em 2016) e ISS, IRRF, PIS e COFINS a recolher R\$4.413 (R\$3.480 em 2016).

#### 16. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais:

	2017	2016
Contribuição social - CSLL	199.908	190.529
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	415.378	382.402
Imposto de renda - IRPJ	42.441	41.034
Programa de Integração Social - PIS	130.773	121.136
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	15.127	14.414
Outros	813	456
Total de provisão para risco e obrigações legais (nota 15)	804.440	749.971
Provisão para riscos:		
Provisões para riscos cíveis (nota 14)	38.226	45.301
Provisões para riscos trabalhistas (nota 14)	30.877	36.872
Total de provisões e obrigações legais	873.543	832.144

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do semestre	778.740	30.870	43.243	852.853
Constituições (Reversões) líquidas do semestre	25.700	3.060	450	29.210
Valores pagos no semestre	-	(3.053)	(5.467)	(8.520)
Saldo no final do semestre	804.440	30.877	38.226	873.543
Total dos depósitos em garantia (nota 8)	909.292	11.387	21.276	941.955

#### Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora; (c) mandado de segurança impetrado para garantir o direito de recolher a CSLL nos anos-base 1994 e 1995 à alíquota de 10%, afastando com isso, a incidência de Emenda Constitucional de Revisão nº 01/94, que instituiu para as instituições financeiras e de arrendamento mercantil, alíquota diferenciada de 30%, o que fere o princípio da isonomia; e (d) mandado de segurança para assegurar ao Banco o direito de recolher a CSLL no ano-base 1996 à alíquota de 8%, afastando, dessa maneira, a incidência da Lei nº 9.246/95, a qual instituiu alíquota diferenciada de 18% para as instituições financeiras, o que fere o princípio da isonomia.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas. No semestre findo em 30 de junho de 2016, houve a baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anisteados.

continua



## CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS



# BANCO GMAC S.A.

CNPJ nº 59.274.605/0001-13

continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016  
(Em milhares de reais - R\$)

### Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

### Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes - causas classificadas como possíveis:

	2017		2016	
	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)	Quantidade de processos	Montante (R\$ mil)
Causas possíveis				
Cíveis	1.362	22.230	1.513	16.850
Trabalhistas	35	17.589	31	20.610
Fiscais	269	54.500	261	48.615
Total	1.666	94.319	1.805	86.075

### Causas possíveis

Cíveis  
Trabalhistas  
Fiscais  
Total

### 17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se a recebimento antecipado de receita de campanha (equalização de taxa de juros) relativa às operações de crédito e arrendamento mercantil, no montante de R\$245.226 (R\$375.264 em 2016), conforme nota 26e, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações na rubrica de "Receitas com Operações de Crédito" no semestre findo em 30 de junho de 2017 foram reconhecidos resultados de R\$200.508 (R\$210.904 em 2016).

### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social  
O capital social no montante de R\$1.688.282 (R\$1.454.438 em 2016) está representado por 1.141.400.925 ações ordinárias (1.141.400.925 em 2016).

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 01 de agosto de 2016 e 15 de dezembro de 2016, a Administração deliberou e aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio aos acionistas, os quais foram liquidados em 02 de agosto de 2016, 21 e 22 de dezembro de 2016, no montante de R\$102.000. Em 10 de agosto de 2017, a administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$51.500, não sendo reconhecidos como passivos no final do período conforme estabelecido no CPC24.

c) Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída a 5% do lucro do semestre, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que a referida reserva atingir 20% do capital social realizado ou 30% do total das reservas de capital e legal. O saldo de reservas de lucros em 30 de junho de 2017 é de R\$207.496 (R\$297.543 em 2016).

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 131.273 que foi homologado pelo Banco Central em 12 de julho de 2016.

Em 28 de abril de 2017, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o aumento de capital através da integralização de reservas de lucros no montante de R\$ 102.571 que foi homologado pelo Banco Central em 08 de junho de 2017.

### 19. RECEITA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas, no resultado, receita de operações de crédito, conforme demonstrado:

	2017	2016
Receita com operação de atacado	204.019	277.406
Receita com operação de varejo	706.529	769.549
Total	910.548	1.046.955

### 20. DESPESAS DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram reconhecidas "Despesas com Pessoal", conforme demonstrado:

	2017	2016
Despesas com proventos	28.036	28.297
Despesas com encargos sociais	11.594	14.349
Despesas de benefícios	9.140	7.837
Outras	115	275
Total	48.885	50.758

### 21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica "Outras despesas administrativas" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2017	2016
Comissões pagas às concessionárias (nota 9b)	82.852	79.743
Sistemas de processamento de dados	13.876	17.502
Serviços técnicos especializados	22.151	20.446
Propaganda e publicidade	3.882	4.780
Sistemas de comunicação	5.269	6.158
Serviços prestados de terceiros	10.423	11.002
Despesas com sistema financeiro	6.701	6.898
Despesas com seguros	476	975
Emolumentos pagos aos cartórios	11.849	9.995
Amortizações e depreciações	1.454	1.315
Outras	8.858	8.756
Total	167.791	167.570

### 22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras receitas operacionais" apresentava a seguinte composição nos semestres:

	2017	2016
Atualização monetária de depósitos judiciais e Impostos a Compensar	29.826	41.980
Recuperação de despesas	2.807	6.462
Reversão de provisão fiscal (i)	7	5.056
Reversão de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	8.794	3.044
Resultado na venda de bens não de uso próprio	2.030	378
Outros	3.857	479
Total	47.321	57.399

(i) Para 2016, refere-se substancialmente à baixa do valor remanescente da reserva de um processo relacionado ao REFIS, com o reconhecimento de benefício no valor de R\$ 4.785 sobre saldos anistiados.

### 23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica "Outras despesas operacionais" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Despesas com atualização monetária de contingências fiscais	25.707	35.288
Despesas com provisões cíveis e trabalhistas	12.304	15.100
Despesa com cobrança	11.475	10.835
Despesas com partes relacionadas (nota 26e)	-	9.619
Despesas com juros e multas	88	40
Outras	3.383	2.156
Total	52.957	73.038

### 24. RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Refere-se à receita com Taxa de Confecção de Cadastro (TCC), no montante de R\$41.103 (R\$38.770 em 2016).

### 25. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica "Despesas Tributárias" apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
COFINS	19.081	16.763
PIS	3.101	2.724
ISS	3.669	3.338
Outros	2.317	1.306
Total	28.168	24.131

### 26. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de Abril, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMAC.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2017	2016
Salários e Honorários da Diretoria Executiva Remuneração fixa	1.739	1.254
Remuneração variável	1.752	851
Outras	558	-
Total	4.049	2.105

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações - Operações de Crédito

Conforme previsto na Lei 4.595/64, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

e) Transação com partes relacionadas

As posições patrimoniais e de resultado auferidas em operações com partes relacionadas nos semestres, podem ser resumidos como segue:

	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesas)	Ativo (passivo)	Receita (despesas)
<b>Partes relacionadas</b>				
<b>General Motors do Brasil Ltda.:</b>				
Outros créditos (nota 8)	34.546	-	28.309	-
Rendas de prestação de serviços	-	7.974	-	7.974
Outras obrigações - Diversas (nota 14)	(13.968)	-	(15.596)	-
Resultado de exercícios futuros (nota 17)	(245.226)	200.508	(375.264)	210.904
<b>GMAC Prest. de Serviços de Mão de obra Ltda.:</b>				
Captações em depósitos a prazo	(30.668)	(400)	(5.832)	(347)
<b>GM Administradora de Bens Ltda.:</b>				
Outros créditos (nota 8)	39	-	17	-
<b>Empresas controladas</b>				
<b>GMAC Administradora de Consórcios Ltda.:</b>				
Outros créditos (nota 8)	967	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(398.679)	(24.296)	(428.882)	(11.045)
Receita de prestação de serviços	-	5.766	-	5.128
<b>GMACI - Corretora de Seguros Ltda.:</b>				
Outros créditos (nota 8)	577	-	-	-
Captações em depósitos a prazo	(73.856)	(3.644)	(50.153)	(2.838)
Receita de prestação de serviços	-	3.442	-	3.061
<b>Controladora</b>				
<b>General Motors Financial Inc.:</b>				
Outros créditos (nota 8)	36.376	-	14.296	-
Outras despesas operacionais	-	-	(1.314)	(9.619)
Receita de prestação de serviços	-	3.351	-	3.132
<b>General Motors Investment Participações Ltda.:</b>				
Captações em depósitos a prazo	(1.197)	(92)	(1.123)	(117)

### 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Adesão aos programas de parcelamento e quitação de débitos fiscais (REFIS/anistia Lei nº 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, o Banco aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09. O Banco possui em 30 de junho de 2017, um total de provisões sobre contingências aderidas ao REFIS no montante de R\$248.412 (R\$236.563 em 2016), sendo R\$58.018 (R\$58.018 em 2016) de principal, R\$523 (R\$523 em 2016) de multas e R\$189.871 (R\$178.022 em 2016) de juros. Dessa forma, o Banco assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento. Os efeitos fiscais e contábeis relativos ao enquadramento dos processos submetidos ao REFIS estão sendo realizados conforme o desfecho das discussões judiciais, com a consequente destinação dos depósitos pelos juizes responsáveis.

### 28. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2017 foi de 17,93%.

Título/Risco ponderado	Ativos	Risco ponderado	Índice de referência
Risco reduzido - 20%	11.159	2.232	206
Risco reduzido - 75%	6.637.216	4.977.912	460.457
Risco reduzido - 100%	2.444.251	2.444.251	226.093
Risco reduzido - 250%	170.690	426.725	39.472
Risco reduzido - 300%	37.916	113.747	10.522
Subtotal 1	9.301.232	7.964.867	736.750
Parcela para cobertura de Risco Operacional	1.515.147	1.515.147	140.151
Parcela para cobertura de exposição de Risco Cambial	66	66	6
Subtotal 2	1.515.213	1.515.213	140.157
Total	10.816.445	9.480.080	876.907
Patrimônio de referência			1.699.441
Índice de Basileia			17,93%

A Diretoria

Contador

Alexandre Passos Alves - CRC 1SP-297700/O-2

continua



## Relatório do Comitê de Auditoria

### I. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado GMAC, composto pelo Banco GMAC S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda., neste documento denominado, simplesmente, Grupo GMAC, foi instalado no dia 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GMAC S.A., e atua como único para o Consolidado Econômico-Financeiro do Grupo GMAC. Na reunião realizada em 23 de agosto de 2017 foram aprovadas as matérias objeto do Relatório do Comitê de Auditoria e o seu respectivo Resumo, estando a íntegra do Relatório à disposição do Banco Central do Brasil na sede da Instituição.

### II. ATIVIDADES DO COMITÊ

O Comitê reuniu-se com o propósito de analisar as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2017, previamente recebidas, assim como examinar e aprovar o conteúdo do Relatório do Comitê de Auditoria, referente às atividades desenvolvidas relativas à mesma data-base, este Resumo e demais atividades pertinentes a este fórum.

Com relação às atividades e informações do primeiro semestre de 2017, o Comitê destaca os seguintes temas:

#### a) Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis

O Comitê revisou e aprovou, sem ressalvas, as Demonstrações Financeiras do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, referentes à data-base - 30 de junho de 2017, que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Concluiu que os trabalhos desenvolvidos pelas Auditorias e áreas de riscos e de controles internos são eficazes e conferem transparência e qualidade às Demonstrações Financeiras do Grupo GMAC, recomendando sua aprovação pelo corpo diretivo, para a data-base de 30 de junho de 2017.

#### b) Avaliação da efetividade do Sistema de Controles Internos

O Comitê ressaltou que reconhece o esforço de melhoria contínua proposto pela Administração e a aplicação das melhores práticas de mercado no que tange à Governança Corporativa, bem como, com relação às melhorias dos Controles Internos e ao comprometimento com a transparência.

O Comitê recebeu informações acerca das atividades desenvolvidas pela área de controles internos, regulamentadas na forma da Instrução CVM 505. O Comitê realizou a análise do conteúdo do relatório datado de 31 de julho de 2017 e o aprovou sem ressalvas.

#### c) Validação da efetividade das Auditorias Independente e Interna

O Comitê considera que as Auditorias Independente e Interna vêm desenvolvendo seu trabalho de maneira satisfatória, adequado à complexidade e porte da instituição.

O Comitê mantém com os Auditores Independentes um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê acompanha o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio de reuniões periódicas, com as apresentações das respectivas recomendações e aprovou o plano de auditoria proposto relativo ao exercício de 2017.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados apresentados ao Comitê nas sessões de trabalho não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização de maneira significativa.

#### d) Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos

As recomendações em aberto dos Auditores Independentes e Internos, bem como aquelas oriundas dos órgãos reguladores, foram apresentadas e discutidas pelos membros, que avaliaram os cronogramas propostos e os cumprimentos das recomendações como satisfatórios.

#### e) Avaliação dos estudos técnicos para realização de créditos tributários

O Comitê examinou os estudos para realização de créditos tributários do Banco GMAC e GMAC Administradora de Consórcios, conforme item II, parágrafo 2º, do artigo 1º da Circular nº 3.776/15.

### III. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras e contábeis do Grupo GMAC, para a data-base de 30 de junho de 2017.

São Paulo, 23 de agosto de 2017  
**O Comitê de Auditoria**

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Administração e Acionistas do

**Banco GMAC S.A.**

São Paulo - SP

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GMAC S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GMAC S.A., em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações de arrendamento mercantil, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2017

#### DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luiz Carlos Oselihero Filho

Contador

CRC nº 1 SP 234751/O-6

**Deloitte.**

**CAMARO**  
**FIFTY**

**CELEBRAÇÃO DOS**  
**50 ANOS DESSA LENDA**

